# Perspectivas da segurança alimentar e nutricional global em 2026

*Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

**Resumo:** Nesse informe, refletiremos sobre as perspectivas e desafios da agenda global de segurança alimentar e nutricional global no ano de 2026, considerando a fragilização do multilateralismo e dos compromissos internacionais e suas potencialidades e riscos diante das mudanças na conjuntura geopolítica mundial e como isso se reflete nas políticas nacionais. Nessa reflexão, amparada por um relatório recente da FAO, discutimos a necessidade de mudanças sistêmicas e possíveis caminhos para essas transformações em um cenário conturbado e imprevisível.

Seguindo os mesmos desafios do ano passado, a segurança alimentar e nutricional (SAN) global em 2026 opera em um contexto de grandes pressões, onde desafios estruturais duradouros se juntam choques geopolíticos recentes, ameaçando a capacidade coletiva de garantir o direito humano à alimentação. Esse cenário traz a conjunção da fragilização do multilateralismo, do negacionismo científico institucionalizado e da dificuldade intrínseca em transformar sistemas alimentares complexos cria um panorama onde as organizações internacionais são simultaneamente mais necessárias e mais debilitadas.

Para agravar ainda mais esse contexto, as políticas do segundo governo Trump nos Estados Unidos atuam como um catalisador de desordem sistêmica nos campos das políticas, do comércio e da própria ciência, enquanto iniciativas como a Aliança Global contra a Fome, proposta pelo Brasil buscam, em meio à turbulência, reconstruir pontes de cooperação. Para o alcance dos compromissos globais relacionados à SAN, é fundamental compreender essa teia de interdependências, pois a fome, a má nutrição e as doenças associadas à alimentação inadequada não são meras consequências, mas sintomas centrais da disfunção dos sistemas alimentares, sociais e econômicos.

Destaca-se, então, a íntima relação entre nutrição, saúde e ambiente em nível global, manifestada pela dupla carga da má nutrição (a continuidade da desnutrição e de outras carências nutricionais junto ao aumento da obesidade e das outras doenças crônicas não-transmissíveis), que se soma às mudanças climáticas (em grande parte causadas pelos sistemas alimentares hegemônicos) para criar uma sindemia global sem precedentes (Swinburn *et al.*, 2019).

Continua o chamamento forte pelo alcance de compromissos internacionais relacionados aos direitos humanos em particular relacionando cada vez mais a saúde humana e a saúde planetária, em que a alimentação tem papel central por meio dos sistemas alimentares. Lembrando, nesse sentido, que o consumo final reflete como os alimentos são produzidos, processados e distribuídos, mostrando a dicotomia entre sistemas hegemônicos baseados na tripla monotonia alimentar (monoculturas de commodities, pecuária intensiva e produtos alimentícios ultrap-

rocessados) e os sistemas alimentares transformadores, caracterizados pela diversificação, sustentabilidade e justiça.

Dentre esses compromissos, entramos na reta final para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cada vez mais atuais e necessários e complementados pela Cúpula de Sistemas Alimentares e pela renovada, ao menos no prazo final, Década de

Ação sobre a Nutrição, ainda que haja ameaças de fragmentação da agenda. Aguardamos mais uma vez pelo relatório anual da FAO sobre o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI), nos próximos meses, contudo com expectativas pouco promissoras acerca da velocidade de redução da fome e da múltipla carga da má nutrição para o alcance das metas globais.

Nessa mesma agenda, a Aliança Global contra a Fome foi oficialmente lançada na Cúpula do G7 em junho de 2024, apresentada pelo do Brasil, ganhou impulso significativo durante a COP30, posicionando-se como uma estrutura política de alto nível para unir e acelerar os esforços existentes. Até o momento, a adesão inclui países do G7 (como Itália, França, Alemanha, EUA, Japão e Canadá), países em desenvolvimento (como Brasil, Quênia e Índia) e instituições-chave (FAO, IFAD, PAM e o Banco Mundial). Em relação ao financiamento, os compromissos ainda estão sendo formalizados, com um foco inicial em mobilizar e realinhar recursos já existentes de instituições financeiras internacionais e orçamentos nacionais, além de buscar novos investimentos público-privados para projetos específicos. As metas centrais da Aliança são ambiciosas e alinhadas com os ODS: eliminar a fome até 2030, aumentar a resiliência dos sistemas alimentares às mudanças climáticas e conflitos, e promover uma transição para sistemas alimentares sustentáveis e equitativos. O sucesso da iniciativa dependerá criticamente da sua capacidade de traduzir esses compromissos políticos em financiamento novo e adicional, e de coordenar ações concretas além das estruturas já existentes. Ao mesmo tempo, o impacto das mudanças climáticas está cada vez mais presente nos sistemas alimentares e sentido no cotidiano das populações, a exemplo do impacto nos preços de produtos como o azeite de oliva e do café, mas que ameaçam cada vez mais alimentos básicos. Nesse mesmo contexto, vemos, ainda, um aumento das migrações forçadas de populações em virtude das mudanças climáticas, trazendo como uma causa e consequência a insegurança alimentar e nutricional.

Durante o ano de 2025, além do reforço ao arcabouço operacional da Aliança, foram incorporados importantes membros, tais como a Aliança Global para Melhoria da Nutrição (*Global Alliance For Improved Nutrition* - GAIN), a *Heifer International*, a BAIF *Development Research Foundation* e a *Arigatou International*, que trazem contribuições relevantes na forma de conhecimentos técnicos e redes locais para o pilar de conhecimento da Aliança Global.

Em outro ponto de protagonismo brasileiro, a COP 30, em Belém, no Brasil, por sua vez, trouxe uma expectativa enorme de avançar sobre tópicos que não foram abordados em cúpulas anteriores, trazendo uma grande responsabilidade para país anfitrião, visto que deve, ao mesmo tempo, ser modelo nas agendas. Para os mais esperançosos, a COP 30 representava o potencial de alavancar a agenda dos sistemas alimentares, especialmente considerando sua localização na Amazônia e o crescente reconhecimento da necessidade de transformar os sistemas alimentares para enfrentar as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a insegurança alimentar. Além disso, foi reforçada a necessidade de construir forte vontade política, do aumento de financiamento e de esforços colaborativos entre setores e partes interessadas.

Na prática, os sistemas alimentares ganharam algum destaque na agenda da COP, com uma crítica contundente ao *greenwashing* corporativo, denunciando promessas vagas de "net-zero" e rótulos sustentáveis que mascaram a manutenção de modelos industriais de alto impacto, todavia essas críticas não foram suficientes para impedir a invasão da agenda por agentes dos

sistemas alimentares hegemônicos, principalmente em espaços como o Agrizone. No aspecto de financiamento, houve pressão por mecanismos concretos para redirecionar

subsídios públicos e privados da agricultura intensiva para práticas regenerativas, agroecologia e apoio a pequenos agricultores, ainda que com divergências sobre os volumes e a governança dos recursos e poucos compromissos concretos. Paralelamente, modelos alternativos—como agroflorestas, sistemas alimentares indígenas e circuitos curtos de comercialização—foram reconhecidos oficialmente como soluções essenciais baseadas na natureza, com demandas por seu fortalecimento através de políticas integradas e acesso direto a financiamento climático. Não é claro, contudo, como será a abordagem das próximas COPs.

Para completar, é inevitável comentar sobre a nova presidência de Donald Trump, nos Estados Unidos da América, que pode ameaçar significativamente as agendas globais de SAN e saúde, bem como de sistemas alimentares, por meio de guerras comerciais, enfraquecimento do multilateralismo (em especial em relação às Nações Unidas e seus organismos), negacionismo e desinformação, desregulação, autoritarismo, guerras fiscais e poder político por oligopólios, entre outros riscos.

Diante desse cenário, está crescentemente desafiador trabalhar sobre os mecanismos para a transformação dos sistemas alimentares, de forma a priorizar sua saudabilidade, sustentabilidade, inclusão e resiliência, equilibrando o mundo globalizado e urbanizado com a necessidade de soluções predominantemente locais.

## O cenário do multilateralismo

A atuação das principais organizações internacionais que tratam da agenda de SAN, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Fundo nas Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa Mundial de Alimentos (WFP), continua a enfrentar um paradoxo operacional: por um lado, seu mandato e cobertura global são insubstituíveis para coordenar respostas a crises e estabelecer normas técnicas, mas, por outro, estão crônica e severamente subfinanciadas, obrigadas a operar em modo de reação a emergências, o que as impede de investir em resiliência e transformação de longo prazo. A FAO, por exemplo, tem buscado fortalecer ações voltadas à transição para sistemas alimentares sustentáveis, contudo sua autoridade é constantemente contestada por interesses nacionais e corporativos que privilegiam modelos agroindustriais de curto prazo, bem como sucessivas tentativas de captura corporativa de sua agenda vêm sendo observadas. O WFP, por sua vez, tornou-se um gigante logístico de auxílio humanitário, mas seu modelo depende de doações voluntárias que não conseguem atender a todas as crises com recursos adequados, perpetuando um ciclo de dependência, em vez de desenvolvimento.

Como resultado direto dessas dinâmicas, o distanciamento do alcance dos compromissos internacionais não é mais uma possibilidade, mas uma realidade mensurável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 2 (Fome Zero), estão tecnicamente inalcançáveis dentro do prazo de 2030. A fome crônica, que havia regredido por décadas, voltou a crescer de forma alarmante. O Acordo de Paris sobre mudança climática, cujo sucesso é uma condição sine qua non para a segurança alimentar futura, vê suas metas se esvaírem devido à insuficiência das ações nacionais, muitas vezes lideradas por grandes potências agrícolas. Este fracasso coletivo em cumprir promessas solenes não é apenas uma falha técnica, mas uma profunda crise de credibilidade e solidariedade global, que alimenta o cinismo e reduz ainda mais a vontade política para agir.

É neste cenário de desordem e fragmentação que as iniciativas diplomáticas do Brasil, particularmente a proposta de uma Aliança Global contra a Fome, adquirem relevância

estratégica. O Brasil carrega a credibilidade ambígua de um gigante agrícola com um legado histórico bem-sucedido de combate à fome, mas também com uma realidade contemporânea de altos índices de desmatamento. A Aliança surge como uma tentativa de preencher o vácuo de liderança deixado pela retração americana, posicionando o país como um mediador capaz de dialogar com o Sul Global. Seu potencial reside em mobilizar uma coalizão política em torno de soluções práticas, baseadas na experiência brasileira em agricultura tropical e programas de alimentação escolar, e em revitalizar a cooperação Sul-Sul.

No entanto, o sucesso da Aliança enfrenta obstáculos críticos que refletem as contradições da ordem global. Em primeiro lugar, sua credibilidade está inextricavelmente ligada à coerência das políticas domésticas brasileiras. A persistência de altas taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado cria uma contradição fatal que pode reduzir a iniciativa a um exercício de "*greenwashing*" diplomático, minando o apoio de potências europeias e da sociedade civil global. Em segundo lugar, a Aliança corre o risco de, em vez de fortalecer os frágeis fóruns multilaterais existentes, como o Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, tornar-se mais um fórum paralelo e fragmentado, drenando atenção e recursos sem gerar ação concreta. Por fim, seu alinhamento geopolítico será um teste decisivo: se percebida como uma extensão do projeto antimultilateralista de Trump, perderá legitimidade; se conseguir manter um foco técnico e inclusivo, poderá ser um espaço de convergência.

Nesse cenário turbulento, a FAO lançou, ao final de 2025, um relatório importante sobre os caminhos práticos para a transformação dos sistemas alimentares (*Transforming Food and Agriculture Through a Systems Approach*), como um documento estratégico de referência para profissionais da saúde global que reconhecem a inseparabilidade entre saúde humana, nutrição e sustentabilidade a partir de uma abordagem sistêmica e as mensagens-chave para os diferentes atores do ecossistema global de segurança alimentar e nutricional. (Food and Agriculture Organization (FAO), 2025).

Em seu diagnóstico geral, o relatório explicita que os sistemas agroalimentares contemporâneos estão falhando em cumprir sua função primária, por conta de uma crise de fragmentação das ações. Em outras palavras, apesar de uma multiplicidade de ações e intervenções voltadas para combater a fome, melhorar a nutrição, garantir meios de subsistência e proteger o meio ambiente, esses esforços são comumente desarticulados e fechados em seus nichos e setores. Como consequência, essa fragmentação cria um duplo problema: os objetivos centrais da agenda não são alcançados de forma equitativa e sustentável e, muitas vezes, ações bem-intencionadas em uma parte do sistema podem gerar externalidades negativas e consequências não intencionais em outras.

Por exemplo, a priorização da produtividade, com forte dependência tecnológica, tem levado à intensificação das monoculturas, junto com o aumento do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, que frequentemente vem acompanhado do esgotamento dos solos e a contaminação de aquíferos e rios. Assim, uma intervenção potencialmente projetada para aumentar a disponibilidade calórica pode, paradoxalmente, degradar o capital natural essencial para a produção futura e comprometer a qualidade da água, afetando diretamente a saúde pública, além de minar um componente essencial da saúde e nutrição: a diversidade. Assim, a visão de *trade-offs* inerentes é um ponto de partida central para a proposição de uma nova abordagem.

A abordagem sistêmica proposta pela FAO representa uma mudança paradigmática na forma de conceber, planejar e implementar políticas e intervenções. Em oposição a uma lógica linear

e setorial, essa abordagem compreende os sistemas agroalimentares como redes complexas, adaptativas e profundamente interconectadas, onde os componentes produtivos, ambientais, econômicos e sociais se influenciam mutuamente. Além disso, traz uma clara noção de que não é preciso criar novas ações do zero, mas sim otimizar e criar sinergias entre as iniciativas já existentes. O relatório, então, posiciona-se, como um guia prático para "construir pontes" entre ações desconectadas.

Os princípios operacionais fundamentais desta abordagem incluem:

1. Integração de objetivos, reconhecendo que segurança alimentar, nutrição, sustentabilidade ambiental e equidade social são metas interdependentes e não podem ser perseguidas de forma isolada;
2. Prevenção de *trade-offs* negativos, exigindo que qualquer intervenção seja avaliada antecipadamente por seus impactos cruzados em toda a cadeia;
3. Busca por sinergias e eficiência, identificando pontos de alavancagem onde uma ação pode gerar múltiplos benefícios; e
4. Valorização do conhecimento local e das soluções contextuais, partindo da premissa de que transformações duradouras devem ser ancoradas nas realidades e inovações das comunidades.

Dentre as mensagens-chave para os atores dos sistemas alimentares, reforça-se que a eficácia da abordagem sistêmica depende da ação coordenada e do alinhamento de papéis entre todos os atores. Por exemplo, espera-se que organismos internacionais sejam facilitadores da cooperação e da coerência global, harmonizando agendas, evitando duplicação de esforços, criando plataformas de partilha de dados e boas práticas e promovendo marcos de financiamento integrado. Os governos nacionais e locais são encarados como arquitetos da governança integrada e conectores das agendas às populações, aos quais cabe criar mecanismos de política intersetorial, reformar subsídios prejudiciais e investir em infraestruturas que liguem produção local a consumo saudável. Espera-se, ainda, que a academia possa prover evidências sistêmicas e avaliar o impacto das políticas, por meio da produção de pesquisas transdisciplinares que quantifiquem interligações e *trade-offs*, desenvolvendo ferramentas de modelagem que ajudem na tomada de decisão complexa. Aos agricultores e produtores de alimentos, como detentores do conhecimento prático e agentes de inovação nos territórios, é preciso promover uma participação ativa no co-desenho de soluções, bem como a adoção e adaptação de práticas sustentáveis e o compartilhamento de conhecimentos tradicionais e locais. Por fim, caberia à população e à sociedade civil, que são os demandantes ativos e agentes de mudança nos padrões de consumo, exercer pressão política por sistemas justos, adotar escolhas alimentares informadas e saudáveis, e apoiar modelos de produção sustentável (tais como circuitos curtos de produção e comercialização).

Observa-se, porém, uma grande ausência de discussão de um componente crucial, a gestão dos conflitos de interesses, como no caso dos determinantes comerciais da saúde que se apresentam muito fortemente na agenda dos sistemas alimentares, colocando soluções no máximo mitigatórias centradas nos sistemas hegemônicos como prioridade, enquanto as verdadeiras transformações necessárias são minadas e colocadas em segundo plano.

A mensagem final da FAO é de pragmatismo e urgência. A transformação necessária não exige necessariamente invenções radicais, mas sim uma reorganização inteligente e colaborativa dos esforços existentes. O sucesso dependerá da capacidade de todos os atores — desde organismos internacionais até cidadãos — de superarem silos setoriais e atuarem como conectores

em um sistema integrado, onde a saúde humana e a saúde do planeta sejam entendidas como dois lados da mesma moeda.

## Os Estados Unidos e o mundo

A fragilidade institucional global é exacerbada pela erosão deliberada do multilateralismo, um processo que ganhou força acelerada com o retorno da agenda "*America First*" e a implementação da estratégia "*Make America Great Again*" (MAGA) sob o atual governo Trump. A decisão de retirar os Estados Unidos da OMS e de reduzir drasticamente o engajamento e financiamento a outras agências da Organização das Nações Unidas representa uma ruptura estratégica com sete décadas de governança global construída sobre cooperação. Historicamente o maior contribuinte financeiro, os EUA sob a bandeira MAGA não apenas retiram recursos, mas também minam a legitimidade política dessas instituições, tratando-as como expressões de um "globalismo" contrário aos interesses nacionais. Esse vácuo de liderança e financiamento tem forçado as agências a contraírem programas essenciais, desde a vigilância de doenças zoonóticas na interface fauna-agricultura-humana até o apoio a agricultores familiares na adaptação climática, enfraquecendo a infraestrutura global de prevenção de crises.

O impacto doméstico das políticas MAGA nos órgãos técnicos americanos tem um efeito cascata global profundo e direto na SAN global. Para além da retirada do apoio estadunidense a outros organismos internacionais que atuam nas agendas de direitos humanos, foram promovidos severos cortes em programas nacionais de cooperação e assistência humanitária, como o USAID. Ainda, o enfraquecimento dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e da Agência de Alimentos e Medicamentos (FDA) através da politização da ciência, censura a especialistas e desregulamentação acelerada compromete a vigilância epidemiológica global e pode comprometer inclusive os padrões de segurança dos alimentos. Quando o FDA relaxa suas normas ou quando o CDC perde capacidade de detectar um surto em sua origem, o risco de crises de saúde pública transnacionais ligadas à cadeia alimentar aumenta para todos os países. Da mesma forma, a transformação da USAID em um instrumento de diplomacia transacional, com cortes severos a programas de desenvolvimento agrícola de longo prazo, elimina uma fonte crítica de know-how e financiamento para a construção de resiliência nas regiões mais vulneráveis do mundo.

Um primeiro exemplo dessa atuação foi a adoção de impostos a importações de produtos, incluindo alimentos, de muitos países, como o Brasil, gerando impactos sobre a produção agrícola e economias nacionais dos exportadores, bem como repercutindo na inflação de alimentos dos próprios EUA. Enquanto alguns países cederam às chantagens estadunidenses em troca da redução de tarifas, o Brasil adotou estratégias que aliaram os caminhos da diplomacia com a expansão das exportações para outros mercados para mitigar os efeitos de tarifas. Entretanto, a imprevisibilidade tem sido a marca dessa gestão no comércio internacional, portanto as ameaças devem continuar presentes.

Paralelamente, o negacionismo científico, outrora um fenômeno marginal, foi elevado a uma postura de política de Estado por influentes governos. Esta tendência representa um cavalo de Troia para a agenda de SAN, pois ataca seus fundamentos baseados em evidências. A

negação das mudanças climáticas antrópicas paralisa os esforços internacionais de adaptação da agricultura, essenciais para proteger a produção de alimentos de secas, inundações e pragas em deslocamento. Da mesma forma, campanhas de desinformação que equiparam diretrizes nutricionais da OMS e da FAO a "ideologias" ou que atacam vacinas e alimentos fortificados

criam confusão pública e resistência política, impedindo a implementação de políticas de saúde pública comprovadamente eficazes para combater a dupla carga da má nutrição.

Outro exemplo recente desses fenômenos foi o lançamento do novo guia alimentar dos EUA, que gerou grande repercussão nacional e internacional, em parte positivo e em parte negativo. Um dos pontos mais destacados pelas avaliações positivas foi a adoção explícita de orientações para evitar "alimentos altamente processados" ("*highly processed foods*"), inclusive reforçando os riscos sistêmicos do seu consumo, ainda que não assumindo o termo mais consagrado na literatura de "alimentos ultraprocessados" ("*ultra-processed foods*" ou UPF)(Mozaffarian, 2026). Por outro lado, há muitas polêmicas e distorções, tanto de conteúdo quanto de processo de elaboração e validação, tais como falta de consulta mais ampliada a especialistas e à sociedade, fortes indícios de interferência de indústrias de carnes e laticínios, falta de abordagem do consumo de álcool, incentivo sem base na ciência do consumo de proteínas e gorduras animais a partir da absurda pirâmide alimentar invertida e ausência da abordagem das questões ambientais da alimentação (Nestle, 2026). Isso traz preocupações que vão desde as políticas de saúde até a própria abordagem regulatória dos ultraprocessados em outros países, principalmente na região das Américas, bem como pressões corporativas para alterações em guias alimentares baseados em alimentos e em sistemas alimentares (Neves *et al.*, 2026).

## Conclusão

Assim como dissemos no início de 2025, começamos um novo ano reforçando que o tempo é ainda mais curto para o alcance o de diversos compromissos internacionais na agenda de SAN e continuamos entre esperanças e desafios, lembrando que há um crescente corpo de evidências, informações e análises produzidas com grande rigor científico e sem conflitos de interesses para orientar políticas em todos os níveis.

No cerne de todos os desafios na agenda de SAN em 2026 está a dificuldade intransponível de transformar os sistemas alimentares globais. Esses sistemas são notoriamente complexos, envolvendo desde a produção de sementes e insumos, passando pelo comércio internacional, processamento industrial, até o consumo e descarte. Eles são mantidos por poderosos interesses econômicos consolidados e por subsídios governamentais que, muitas vezes, incentivam práticas insustentáveis. A transformação necessária em direção a sistemas que sejam simultaneamente produtivos, nutritivos, equitativos e regenerativos do meio ambiente exige uma coordenação política de altíssimo nível e uma vontade de enfrentar esses atores dos sistemas hegemônicos. No entanto, a fragmentação do multilateralismo e o risco aumentado de captura corporativa de políticas nacionais, regionais e globais dificultam seriamente essa coordenação, travando a mudança em um nível sistêmico.

Para a comunidade de saúde global, as implicações deste cenário são profundas. A nutrição é o elo fundamental entre a saúde da população e a saúde do planeta. O aumento da fome e da obesidade, impulsionados por sistemas alimentares disfuncionais, levará a um agravamento das doenças crônicas não transmissíveis, da desnutrição infantil e da vulnerabilidade a patógenos. A degradação ambiental e as mudanças climáticas, por sua vez, amplificam as ameaças de zoonoses e pandemias, além de ameaçar a própria produção de

alimentos. E, por fim, profissionais e gestores de saúde e as populações estão diante das consequências de um sistema que suas instituições globais têm cada vez menos poder para reformar. Essa realidade exige que a saúde global transcenda seu tradicional foco biomédico e se engaje de forma ousada nas políticas alimentares, agrícolas e climáticas, defendendo a SAN como um

pilar central da saúde e da agenda climática.

A atuação das organizações internacionais de saúde e nutrição deve, portanto, radicalizar a colaboração interagencial, aproximando ainda mais a alimentação, saúde e agricultura. É insuficiente tratar apenas dos sintomas da má nutrição sem atacar suas causas sistêmicas. Isso significa, entre outras prioridades, fortalecer a agenda de SAN na OMS, formar alianças operacionais com a FAO para promover dietas saudáveis a partir da produção, com o WFP para integrar nutrição na ajuda alimentar de emergência, e com o Unicef para proteger as crianças desde os primeiros mil dias de vida. Em um ambiente de recursos escassos representa uma necessidade, uma estratégia de sobrevivência e de eficiência para maximizar o impacto na saúde das populações. Como forma de melhor articular e potencializar essas ações, é fundamental fazer uso dos movimentos e compromissos globais como a Década de Ação sobre a Nutrição (prorrogada até 2030), a Cúpula de Sistemas Alimentares e as novas COP do clima, sob o guarda-chuva maior da Agenda 2030, fortalecendo as agendas de saúde humana, animal e planetária.

Olhando para 2026, as perspectivas são de um aprofundamento das tensões, em um cenário de grandes incertezas e imprevisibilidade. O mundo caminha para uma regionalização e nacionalização das estratégias alimentares, onde os países poderosos buscarão a autossuficiência a qualquer custo e os mais frágeis serão deixados à mercê da volatilidade do mercado e da caridade internacional. A ideia de que a segurança alimentar de um país está intrinsecamente ligada à do outro está sendo abandonada em favor de uma lógica de soma zero, atacando diretamente princípios básicos como o direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar das nações. Nesse contexto, a comunidade de saúde global tem um papel ético e técnico vital a desempenhar: documentar as consequências humanas dessa fragmentação, advogar por políticas baseadas em evidências e lembrar constantemente aos líderes políticos que a fome é uma falha política, não um destino inevitável, a exemplo do que a Aliança Global contra a Fome vem propondo.

Em conclusão, a agenda de segurança alimentar e nutricional em 2026 está paralisada no cruzamento entre a urgência transformadora e a regressão geopolítica. O caminho a seguir exige que a saúde global adote uma visão corajosamente sistêmica, entendendo que a batalha pela saúde pública do século XXI será travada não apenas em clínicas e laboratórios, mas nos campos agrícolas, nas negociações comerciais e nos fóruns de governança alimentar, com uma abordagem centrada nos direitos humanos e orientada pelas melhores evidências.

Desse modo, reforçamos em mais um ano que a transformação dos sistemas alimentares globais é cada vez mais necessário, ainda que o contexto seja mais complexo. Isso representa a necessidade de uma nova ordem global a partir das agendas de SAN, em que países latino-americanos (e o Brasil, em particular) podem ter papel central. Nacionalmente, ainda temos o desafio das eleições majoritárias no segundo semestre, que pode colocar novamente em risco políticas sociais essenciais para a SAN, enquanto ainda não superamos as contradições de nossos próprios sistemas alimentares, em que coexistem de forma desproporcional as monoculturas e o ultraprocessamento de alimentos com sistemas alimentares justos, saudáveis, sustentáveis e resilientes baseados na agricultura familiar.

Preparem-se para muito trabalho e muitas emoções.

## Referências


FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Transforming food and agriculture through a systems approach**. [s.l: s.n.].

MOZAFFARIAN, D. The 2025-2030 Dietary Guidelines for Americans. **JAMA - Journal of the American Medical Association**, v. 0, n. 0, 2026.

NESTLE, M. Politics trump science in new US dietary guidelines. **The BMJ**, v. 392, p. s143, 2026.

NEVES, F. S. *et al.* The 2025–2030 US Dietary Guidelines: An analysis of scientific integrity and global health governance. **The Lancet - Regional Americas**, p. In press, 2026.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.